

# “Revolução democrática” ou revolução socialista?

RONALD ROCHA\*

**“O espírito se mostra tão pobre que parece aspirar, para seu reconforto, ao mísero sentimento do divino em geral — como um viajante no deserto anseia por uma gota d’água. Pela insignificância daquilo com que o espírito se satisfaz, pode-se medir a grandeza do que se perdeu.” (Hegel, Fenomenologia do espírito.)**

O assunto “caráter da revolução” — especialmente depois das polêmicas estimuladas pelo ascenso das lutas em torno das chamadas reformas de base nos anos 50, pela derrota das forças populares no golpe militar de 64 e pelo recrudescimento das mobilizações antiditatoriais de massas na segunda metade da década de 60, ocasiões em que se impôs um sentido de urgência em debates sobre balanços e perspectivas — converteu-se num tema clássico entre os marxistas brasileiros. O seu principal resultado foi o esvaziamento da teoria da revolução em duas etapas — primeiramente, a nacional-democrática, e depois a socialista, fundadas na compreensão de que a formação social brasileira possuía entraves feudais ao progresso capitalista —, cujo desdobramento, no campo da política de alianças, era a ilusão de que haveria uma burguesia nacional capaz de unir-se ao movimento comunista para cumprir o ciclo inicial, de cunho antilatifundiário e antiimperialista. Mais do que um equívoco na análise concreta, tal posição tinha um forte traço dogmático, pois se empenhava em aplicar acriticamente e mecanicamente no Brasil a experiência das revoluções russa e chinesa.

Hoje, nenhuma corrente expressiva sustenta explicitamente essa concepção. Todavia, ao contrário daquele reformismo tradicional, que

\* Ronald Rocha é membro da editoria da revista *Práxis*, do conselho editorial de *Teoria e Debate* e do conselho de colaboradores de *Crítica Marxista*.

mantinha a idéia de revolução ao menos no horizonte de um objetivo anticapitalista retórico, os proponentes atuais do conformismo político e da conciliação de classe — esmagados pelas derrotas sofridas pelo movimento comunista, impressionados pelo vigor da reação neoliberal nos últimos anos, desamparados em face da desagregação do sujeito coletivo proposto pela diáspora pós-moderna e premidos pelas exigências de uma inserção institucional marcada pelo pragmatismo — recusam o próprio problema teórico da ruptura da ordem e da passagem ao socialismo. É o caso do conceito de “revolução democrática”, que alguns setores da esquerda vêm apresentando para exprimir o conjunto das transformações previstas no programa de um futuro governo federal a ser conquistado por meio do sufrágio.

Sem ter a exclusividade entre os exemplos, os debates internos ao Partido dos Trabalhadores o ilustram. No VIII Encontro Nacional, realizado em junho 1993, capital federal, foi recusada numa votação específica. Porém, no ano seguinte, o texto do *Projeto de programa* de governo, o retomou: “A vitória do PT em 94 é um passo da revolução democrática. (...) A vitória do PT e de seus aliados nas eleições gerais de 1994 faz parte de um processo de *revolução democrática*”. As resoluções do XI Encontro Nacional, aprovadas em agosto de 1997, no Rio de Janeiro, repetiu a formulação: “Somente uma revolução democrática será capaz de por fim à exclusão, às desigualdades sociais e ao autoritarismo que marcam nossa história (...). A revolução democrática exige uma nova economia (...). Uma tal revolução implica uma poderosa mobilização social, capaz de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, multiplicando os mecanismos de controle social do Estado pela sociedade.” As recorrências e tautologias sugerem que não se trata de algo fortuito e acessório.

Semelhante enfoque representa um retrocesso, não apenas em relação ao acúmulo da esquerda, mas até mesmo se comparado aos erros do reformismo clássico, pois agora as transformações propugnadas, mesmo que ornamentadas com o termo “revolução”, mostram-se mais tímidas do que as mudanças previstas para a antiga “primeira etapa”: sequer assumem com firmeza a exigência de solução das questões nacional e agrária, limite que as colocam aquém do democratismo radical. Ademais, suscitam, pelo silêncio, uma pergunta que se decompõe em várias outras. Qual é a relação da chamada “revolução democrática” com a revolução socialista: de precedência, de identidade, de substituição, de eufemismo, de evasão discursiva ou de mera confusão conceitual? O mais curioso é que, mesmo abandonando paulatinamente a crítica ao capitalismo, seus autores não se dispõem a recusar a letra da opção pelo socialismo, preferindo

destituí-la de sentido revolucionário. Sem dúvida, é uma divergência de âmbito estratégico e como tal precisa ser abordada.

## **I- Para ultrapassar o capitalismo**

Depois de um período de *glamour* globalizante, a crise de longo curso do capitalismo, que vem dos anos 70, novamente irrompeu na forma de esgotamento dos padrões de liberdade cambial estabelecidos sobre os escombros dos acordos de Bretton Woods, de bancarrota das instituições financeiras internacionais na esteira dos sucessivos abalos nas bolsas, de surtos recessivos mais ou menos abrangentes e de tragédia social. Também o projeto neoliberal, que no seu auge entusiasmou a burguesia mundial e deu consistência política às tolas especulações filosóficas sobre o suposto “fim da história e das ideologias”, mergulhou num processo de decadência. A face nacional dessa dupla exaustão do discurso e da alternativa hegemônicas do capital é a falência das políticas governamentais. Mas, quando se trata de localizar as causas das mazelas subseqüentes, surgem os palpites mais díspares: o surto de irracionalidade, os ataques especulativos, a resistência às contra-reformas, o modelo econômico, a falta de austeridade, a corrupção, a incompetência e assim por diante, sem falar em certas extravagâncias como a índole do povo, a carência de capitalismo e outras que tais.

A crítica marxista sustenta que as políticas dos partidos, personalidades e governos burgueses, em quaisquer de seus projetos e matizes, de longo alcance ou conjunturais, apenas podem ser compreendidas se intelectualmente conectadas à formação social de que são parte integrante e no interior da qual operam. O capitalismo, com suas particularidades e sujeitos dominantes, é a causa fundamental dos graves problemas que atingem o povo e a nação brasileira. Assim, torna-se imperativo rechaçar quaisquer tentativas teóricas ou empíricas de culpar apenas os políticos e seus projetos como se fossem manifestações isoladas e produtos de vontades infinitas, lançando um véu de ignorância sobre a lógica imanente da formação social. A responsabilidade dos indivíduos e partidos reside, não em uma suposta opção absolutamente livre, para o bem ou para o mal indeterminados, mas na ontologia da práxis, onde a opção conservadora é a escolha entre as possibilidades presentes no real ou, no limite, a invenção de alternativas cuja eficácia jamais prescinde da objetividade histórico-social e dos interesses dominantes. É nessa perspectiva que a figura política de Fernando Henrique deve ser nomeada, até porque seu principal vício é a adesão e o autocondicionamento de sua ação à lógica e à hegemonia contemporâneos do capital, das quais se tornou ideólogo e agente prático.

O mesmo critério analítico vale para o enfoque aos problemas da luta pelo socialismo. Como Marx já o demonstrou em “Glosas críticas

marginais ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’”, é “parafrásico ou absurdo” conceber “uma *revolução social* com uma alma política”, ou seja, supor que a simples vontade transformadora, a atividade dos órgãos estatais e as políticas possam pôr unilateralmente a sociedade civil (*Vorwärts!*, nº 63/64, 7/10 de agosto de 1844). Assim, a teoria da revolução não é um mero ato elícito, uma formulação aprisionada na ilusão da contingência e da onipotência metafísicas, vale dizer, uma escolha arbitrária, mesmo que pragmaticamente considerada útil, fácil, palatável, confortável ou seja lá o que se prefira. É, antes, fruto de uma tomada de posição ideológico-moral perante as determinações concretas das relações sociais e do processo político. A liberdade dos “atores” revolucionários, para ter potência e realizar-se, ou seja, lembrando uma expressão de Hegel, para ser uma “imaginação produtiva”, precisa considerar o sistema de necessidades.

Em nosso país, a primazia burguesa já se completou há muito. Na segunda metade do século passado, as relações de produção escravistas-mercantis e o predomínio do capital exclusivamente na esfera da circulação foram substituídos pela penetração irreversível das relações capitalistas no âmago da produção. O Estado se tornou tipicamente burguês. No campo, onde os setores tradicionais revelaram grande poder de sobrevivência, houve um processo de territorialização do capital e capitalização do latifúndio. Hoje, os bolsões não-capitalistas se limitam muito precisamente à produção parcelária e individual de artesãos e meeiros, mesmo assim — quando não destinada ao consumo próprio de subsistência — invariavelmente apropriadas pela lógica do capital nos patamares da circulação e da captação de renda fundiária. A partir dos anos 50 deste século, nas cidades, o capitalismo brasileiro, já dependente de origem, adquiriu características oligopólicas. Os movimentos autônomos do capital — industrial, comercial e bancário — tais como se davam no capitalismo livre-concorrencial europeu e norte-americano até a segunda metade do século XIX, já se fundiram em um movimento único e superior: o capital financeiro, uma nova relação social cujos fundamentos econômicos foram demonstrados por Hilferding e cujas conseqüências políticas foram deduzidas por Lenin.

No Brasil contemporâneo, existe apenas uma classe exploradora, opressora e dominante: a burguesia urbana e rural, no interior da qual se destaca, como fração hegemônica em nível da economia e do Estado, a oligarquia financeira nacional e internacional. Neste quadro, já não há uma revolução burguesa a ser feita. A única revolução social possível com a transformação das relações de produção e de poder é a derrota decisiva da burguesia, a refundação do Estado sob a primazia e a direção dos trabalhadores, o fim do capitalismo nos segmentos-chaves da economia

e o início da transição socialista. Tal é a questão decisiva e incontornável que desafia os pioneiros sociais.

Quem se contentar com semelhante constatação, menosprezando as mediações estratégicas e táticas, por certo praticará um doutrinário estéril e isolacionista. Mas quem as ignorar só poderá fazer uma política fenomênica, marginal, carente de conhecimento científico, quimérica, impotente, sempre oscilando entre o voluntarismo e o realismo cínico. Eis o buraco negro que aniquilou e aniquila toda e qualquer substituição da teoria pela retórica: a etapa nacional-democrática do reformismo clássico, o projeto de capitalismo nacional independente, o chamado capitalismo democrático, o tal de capitalismo popular, a extemporânea superação da falta de capitalismo, a hilariante imposição do capitalismo aos capitalistas, a revolução pelo voto, a revolução ética, a revolução pela distribuição de pratos de sopa, as microrrevoluções do cotidiano, a revolução sem ruptura, a “revolução democrática” e outros exemplos de uma lista infindável de vulgaridades empiristas e tentativas óbvias de abastardar, conscientemente ou não, o alcance das transformações sociais.

Há, portanto, uma disputa pelos conceitos de reforma e revolução, com enorme repercussão estratégica. As reformas se definem nos marcos da ordem, podendo atingir os interesses dominantes, em muitos casos explosivamente e até gerando conflitos agudos. A revolução, ao contrário, confronta necessariamente a ordem, na teoria e na prática. As reformas são por definição alterações limitadas, embora por vezes adquiram características abrangentes. A revolução é sempre uma transformação totalizante, que ultrapassa o terreno de origem pela sua negação radical. As reformas significam mudanças intestinas numa determinada formação social. A revolução, com sua inflexão universalizante, transcende-a. A confusão entre os dois conceitos abre caminho para o esquerdismo, que, por móveis exclusivamente valorativos e de coerência formal, recusa e desconstitui a luta por reformas, e para o reformismo, que, por facilidades adaptativas e pela reprodução espontânea da cultura dominante, limita o movimento político à obtenção de reformas e abandona os objetivos revolucionários de longo prazo.

A própria reflexão sobre o necessário nexos entre reforma e revolução, tão importante na ação político-prática e sobretudo no terreno da tática, perderia todo e qualquer sentido. O termo “revolução democrática”, nas condições da formação social brasileira, é um contra-senso. Caso intente sintetizar o rol de reformas democráticas indispensáveis ao país, à melhoria conjuntural das condições de vida da população, à educação dos “de baixo” e ao incremento da política anticapitalista de massas, seria uma utilização rebaixada e abusiva do conceito de revolução. Caso pretenda

referir-se de fato à revolução social, seria uma renúncia inaceitável ao conceito de socialismo, isso é, a redução da emancipação humana à simples emancipação política, o elogio a uma estranha revolução que não “dissolve a velha sociedade”, a ante-sala do consenso em torno dos fundamentos econômico-sociais da sociabilidade alienada.

## **II- A racionalidade implícita na “revolução democrática”**

A proposta de “revolução democrática” ressurgiu no contexto da ofensiva ideológica conservadora. O socialismo liberal, prostrado diante da crise do movimento socialista e predisposto a fazer das concessões de fundo um princípio, tange o tema democracia rumo a uma universalidade abstrata e a uma fórmula mágica, simplificando as formulações indispensáveis à política socialista na contemporaneidade. Apóia-se, para tanto, numa realidade inquestionável. No terreno nacional, a via particular da primazia burguesa no Brasil — a revolução passiva — deixou como espólio uma questão democrática de importância central. Internacionalmente, a crise do capitalismo burocrático de Estado, a falência das tiranias burocráticas e o fim da União Soviética colocaram em relevo a importância da democracia na luta pelo socialismo. A partir de semelhantes evidências, em torno das quais a teoria emancipatória precisa elaborar perguntas e respostas inovadoras, tiram conclusões desastradas. Substituem a crítica social mais ampla pela mera crítica ao autoritarismo e reinterpretam o movimento pelo socialismo como simples e progressivo aprofundamento ou radicalização da democracia burguesa, vale dizer, como uma espécie de aprimoramento da sociedade política.

Tal debate não pode ser contornado. Pensar que o termo “revolução democrática” possa vir a ser apropriado teoricamente, visando a esvaziar sua carga reformista ou tornar a idéia de revolução mais palatável, seria um equívoco. Esse conceito tem uma tradição muito precisa na esquerda brasileira e internacional. Nunca poderá ser tratado como algo inocente, neutro, sem história. Eis porque é preciso responder à polêmica conceitual e doutrinária iniciada pelo socialismo liberal, desconstituir a tentativa de utilizar uma expressão do passado para regenerar o reformismo no presente e, finalmente, cuidar para que o balanço das experiências revolucionárias e do ciclo stalinista sirvam, não para eclipsar o movimento revolucionário, tratando a democracia como elemento externo e precedente de salvaguarda, mas para reconceituar o socialismo como formação social de passagem intrinsecamente libertária e, portanto, democrática por condição *sine qua non*.

Que opiniões acabam combinando-se para dar fôlego à proposta de “revolução democrática”? Por que se trata de uma herança inaproveitável para os socialistas? Que lógica e que valores a tornam uma carga de chumbo para os desbravadores sociais? Por que se converteu em um poço

de areia movediça capaz de sugar e soterrar toda e qualquer astúcia de apropriação? Que racionalidade a faz aparecer como algo quase natural para alguns círculos oposicionistas, especialmente aqueles exageradamente preocupados com as ressalvas e pressões que os inimigos lhes endereçam?

A existência de governos municipais e estaduais avançados, bem como a possibilidade real de surgir um governo federal sob a hegemonia de partidos à esquerda, pela via eleitoral, como resultado de uma disputa política nacional em torno de projetos globais para o país — portanto, de uma luta de classes —, vem colocando as correntes socialistas, a cada eleição, em um movimento febril e paulatinamente imerso nas instituições estatais. Premidos, decerto precisam traduzir seus princípios e posturas mais gerais em políticas públicas e objetivos parciais. É nesse quadro que agem as solicitações imediatistas.

Todos, com exceções irrelevantes, dizem-se a favor de mudanças democrático-populares. Mas há leituras diferenciadas, sem falar em certa má vontade nos segmentos mais moderados. Afloram culturas singulares, passados mal digeridos, táticas incompatíveis entre si, articulações conflitantes em nível da estratégia, esperanças genéricas e temores muito concretos. A despeito do que pensam muitos combatentes sociais bem-intencionados, a “revolução democrática” redundou em um generoso aconchego para os que desejam evitar o papel primordial e a explosividade das questões nacional, agrária e sociais nos programas dos governos dos quais participam ou a serem constituídos, bem como conjurar o progressivo “incômodo” em que julgam ter-se convertido a identidade socialista de seus partidos. Mesmo a questão democrática, que o termo revolução valoriza em palavras, vem sendo tratado de maneira recuada no caso de mudanças precisas. No conceito, a fraseologia da revolução. Nas reformas, o freio da *realpolitik*.

“O peso das gerações passadas” sobrevive no presente: seria uma ilusão pensar que o etapismo esteja banido, mesmo nos ambientes que se imaginam frutos da superação do reformismo clássico, sobretudo quando conhecemos a incapacidade autocrítica de alguns segmentos da esquerda e o seu notável talento para manter-se na superfície dos problemas. As idéias do eurocomunismo, que reinvidicaram uma leitura liberal de Gramsci, tiveram enorme importância como prolegômeno às elaborações do socialismo liberal contemporâneo. A presença da social-democracia, explícita ou velada, foi regenerada pela tese da interlocução social, difundida por Habermas, como elemento desconstituído da reflexão estratégica. A tradição autonomista, o legado das políticas comportamentais e o pós-estruturalismo deixaram as marcas do espontaneísmo, das pretensas microrrupturas e da liberalidade abusiva na utilização do conceito de revolução. Ao democratismo radical, que sem dúvida encara com sinceridade e sem concessões a luta democrática, falta uma crítica teórico-ideológica ao capitalismo e aos seus conceitos de propriedade, pessoa, cidadania e liberdade.

É uma ilusão pensar que a “teoria” da “revolução democrática”, vetor resultante de um arreglo eclético, possa contribuir na formulação de uma estratégia revolucionária e unir realmente as forças engajadas no combate pela emancipação humana. Só a clara opção pelo socialismo poderá fazê-lo. Como considerar seriamente um “governo de transição” que, como querem alguns, prescinde da ruptura da ordem vigente, abdica de um novo Estado e nem sequer tematiza o início do processo de socialização dos meios de produção? Às forças que, na expectativa de conquistar o governo, deixam para as calendas gregas o seu objetivo histórico e escondem a sua ideologia, sobretudo nas condições da sociedade brasileira, faltará até mesmo estofado para enfrentar as agruras da luta de classes do período eleitoral. Muito mais ainda para governar o país com base em reformas radicais e contrapor-se ao reacionarismo emblemático da “nossa” classe dominante.

Não existem astúcias capazes de contornar um problema dessa natureza. Uma eventual vitória eleitoral da esquerda nas eleições presidenciais jamais será “um passo da revolução democrática”, simplesmente porque semelhante lema é uma ficção política. Pode até mesmo se converter em mais um pretexto para a acomodação. Todavia, para os revolucionários, deve ser um passo na luta mais geral pelo socialismo. Se um governo assim constituído ficar paralisado perante os sacrossantos interesses do capital, nem ao menos fará, nas condições da sociedade brasileira, as reformas antineoliberais, democráticas, nacionais e populares, tão importantes e urgentes.

### **III- Reformas e socialismo**

Os principais obstáculos à melhoria das condições de vida do povo são a dependência aos centros financeiros internacionais, a supremacia dos oligopólios, a persistência do latifúndio, a exploração superlativa do trabalho pelo capital e a falta crônica de liberdade, o Estado cartorial e as políticas desastrosas dos últimos governos. Afirmar que a sua remoção completa, duradoura e decisiva só será possível por meio do socialismo, e que tal necessidade determina o caráter da revolução brasileira, não é sinônimo de gritar revolução-já, como acusa a emblemática provocação dos acomodados. A transformação radical da sociedade não emerge de uma constatação teórica e do desejo unilateral de um ou mesmo de todos os partidos, por mais poderosos e influentes que sejam. Só pode surgir no interior de uma crise revolucionária, onde inúmeras e complexas determinações objetivas e subjetivas, em nível nacional e internacional, configurem uma correlação de forças favorável, os sujeitos políticos indispensáveis e um ânimo de massas generalizadamente pronunciado. Apenas será factível com o surgimento de brechas operacionais e na condição de empreendimento da vontade organizada e coletiva das grandes multidões exploradas e oprimidas, especialmente do proletariado.



Obviamente, não vivemos, hoje, uma situação desse tipo. Os extraordinários movimentos políticos que, nos últimos pleitos, surgiram em torno de candidaturas eleitorais nacionais ou locais, referenciaram-se apenas na disputa pelos governos e ansiaram por mudanças limitadas. Não colocaram em risco o capitalismo. A subjetividade que os moveu esteve muito distante de confrontar a ordem burguesa. Desejavam tão-somente reformar a sociedade atual. Nos principais partidos de oposição, ainda predominam posições que restringem o alcance das disputas e reformas. Os próprios movimentos sociais extra-parlamentares, exceto as atividades dos trabalhadores rurais sem-terra, passam por uma fase de fragilidade. Tais são os termos e as possibilidades concretos postos pela luta de classes. No plano eleitoral, o grande desafio é ampliar a resistência ao neoliberalismo, multiplicar as iniciativas, retomar a ofensiva e imprimir um conteúdo radicalmente democrático, nacional e social às reformas, na perspectiva de fazê-las representar um passo rumo a transformações mais profundas e duradouras. Nos governos, isso significa, plataforma imediata de reformas radicais, objetivo estratégico de revolução social. Assim os socialistas conseguirão fugir da equação ladina que lhe é proposta pela ideiação conformista: governo de “revolução” retórica, objetivo de reformas moderadíssimas ou até mesmo de mesmice.

O problema fundamental da estratégia revolucionária é articular a disputa contra-hegemônica e o conjunto das reformas democrático-populares, especialmente baseados nas mobilizações de massas, com a luta pelo socialismo. A proposta de “revolução democrática” procura eliminá-lo artificialmente. É como se os dilemas reais pudessem desaparecer por obra e graça de um enunciado semântico. Chega-se a um capítulo de sabor surrealista na história da esquerda brasileira. Revolucionários que falam apropriadamente em reformas e reformistas que falam demagogicamente em revolução. Uns querem reformas radicais para ferir os interesses do capital na luta pelo socialismo. Outros se referem a uma revolução literária, inibindo a resistência antineoliberal e a luta por reformas, para conjurar o risco de conflito social, que consideram ser um cenário apavorante.

Uma tática revolucionária, no atual período “pacífico” e eleitoral da luta de classes, exige, além de centrar os esforços nas mobilizações sociais, que o embate por um programa de governo capaz de garantir reformas seja colocado sob a direção da estratégia socialista. Tal perspectiva implica uma série de atitudes, medidas e objetivos parciais. É decisivo buscar, através da ação contra-hegemônica e de uma política de alianças ampla, capaz de unir os segmentos antineoliberais, uma nova correlação de forças, mais favorável à luta dos trabalhadores. Nas disputas pelo voto, procurar alcançar a direção de governos e constituir fortes bancadas parlamentares. Sustentar as campanhas eleitorais, as governabilidades futuras e a consecução de reformas no alicerce de amplos movimentos políticos de

massas em torno de objetivos claros e concisos. Eventualmente em gestões executivas, atacar frontalmente as mazelas criadas por anos de vigência do pensamento único e ditadura do mercado, conduzindo até o fim o processo de reformas democráticas, nacionais e sociais para atender aos anseios e expectativas populares, o que apenas será possível atingindo interesses do imperialismo, dos oligopólios e do latifúndio. Enfrentar os cercos e os ataques da direita, que procurarão gerar crises de governo, com a denúncia pública e o aprofundamento das reformas políticas e sociais. Criticar permanentemente o capitalismo como o principal responsável pelos problemas crônicos e agudos de nosso povo, bem como defender o socialismo como alternativa histórica. Incorporar a defesa e a prática dos valores de solidariedade coletiva e dos ideais emancipatórios.

Tais posturas têm o propósito de evitar o fosso que as forças conservadoras pretendem criar — e que o socialismo liberal julga ser intransponível — ao redor da defesa das conquistas sociais e da realização das reformas democráticas e populares. De articular a “guerra de posição” com a “guerra de movimento”, o que jamais poderá efetivar-se nos ambientes exclusivamente governamental e parlamentar. E de fazê-las transcrever ao socialismo. Então, sim, poderá começar uma verdadeira revolução no país. Até lá, será conveniente, em vez de pintar de revolução as reformas democráticas, fazendo-as luzir com o dourado de uma bravata, garantir-lhes base de massas, profundidade e solidez para que não se deixem vergar pela pressão da direita e pela conciliação típica da história política brasileira.

ROCHA, Ronald. “Revolução democrática” ou revolução socialista. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.8, 1999, p.135-144.

***Palavras-chave:*** Revolução; Democracia; Socialismo; Reformas.